

Ata de Reunião extraordinária Comitê de Investimentos

REUNIÃO N.º 07/2026
ASSUNTO: Reunião com representantes do Banco do Brasil
DATA 19 de fevereiro de 2026
HORÁRIO 10 horas - reunião por videoconferência
LOCAL: CAPSIRATI
DOCUMENTOS ANALISADOS: Apresentações Técnicas do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal; Relatórios Gerenciais de Alocação, Fluxo de Caixa, Balanço contábil
PAUTA: Análise de propostas de realocação de ativos, planejamento para o ciclo de redução da Selic e estratégia para o desenquadramento de fundos (Caixa Matriz, BB Perfil e BTG Pactual) em conformidade com o Pró-Gestão.
PARTICIPANTES DA REUNIÃO Convidados (Participação On-line): Equipe técnica de assessoria do Banco do Brasil (reunião realizada em 18/02) e equipe de gestão da Caixa Econômica Federal (reunião realizada em 19/02).

Aos dezenove dias do mês de fevereiro de dois mil e vinte e seis, reuniu-se ordinariamente o Comitê de Investimentos do CAPSIRATI com o objetivo de avaliar as propostas de realocação do portfólio de ativos, alinhar o planejamento estratégico frente às sinalizações de política monetária nacional e deliberar sobre o plano de transição de ativos sob a governança do regime próprio.

Análise do Cenário Macroeconômico

Com base nos relatórios econômicos trazidos pelas assessorias das instituições parceiras, o Comitê avaliou a iminente alteração na condução da política monetária pelo Comitê de Política Monetária (COPOM), cujas sinalizações apontam para o início do ciclo de redução da taxa Selic a partir do próximo mês de março de 2026. O cenário atual de juros a 15% ao ano reflete um ambiente de controle inflacionário, mas projeta um fechamento futuro de taxas em níveis menores. Para o cenário presente implica na realização de investimentos,

solicitar à assessoria Lema a emissão de parecer técnico detalhado contendo a relação de fundos compatíveis e ajustados para o CAPSIRATI, com ênfase exclusiva em índices de curto prazo (como o IRF-M 1 e equivalentes a pós-fixados), vetando ativos de médio e longo prazo, garantindo que as futuras alocações respeitem rigorosamente o fluxo de caixa mensal e não resultem em desenquadramentos ativos.

Apresentação das Instituições Financeiras

A avaliação técnica das carteiras foi dividida em duas sessões de trabalho com as instituições parceiras:

Quanto a apresentação do Banco do Brasil (18/02): A assessoria do banco apresentou seu portfólio de fundos e com base no perfil do CAPSIRATI e dados disponíveis no CADPREV, sugeriu a realocação de recursos de curtíssimo prazo para os fundos Soberanos (Perfil e Fluxo), visando manter a carteira com base no enquadramento legal de liquidez. O Comitê acolheu as informações de caráter orientativo sobre as estruturas dos Fundos Vértices e índices de prazos maiores, contudo, deliberou por não realizar aportes nessas modalidades até que os estudos de casamento de fluxo de caixa e passivo (ALM) estejam concluídos.

Reunião com a Caixa Econômica Federal (19/02): A equipe de gestão da CAIXA apresentou fundos compatíveis com o perfil do CAPSIRATI, destacando o fundo Caixa Topázio (referenciado em 100% do CDI) como um fundo de caixa eficiente, com taxa de administração fixada em 0,10% ao ano. Adicionalmente, foram discutidos os parâmetros operacionais do fundo Caixa Aliança, considerado um importante canal de transição para a conformidade das disponibilidades financeiras do regime agora com a nova resolução em andamento.

Balanço orçamentário consolidado do período: A comissão em posse do balanço orçamentário do mês avaliou os dados oficiais do Demonstrativo do Balanço Orçamentário relativo ao bimestre de janeiro e fevereiro de 2026. A comissão verificou que o total de receitas realizadas no período (acumulado até o bimestre) atingiu o montante de R\$ 7.599.311,15, enquanto as despesas liquidadas no mesmo período totalizaram R\$ 6.134.570,17. Entre as receitas e as despesas, o encerramento do primeiro bimestre do exercício apresentou um Superávit Orçamentário de R\$ 1.464.740,98 no fechamento contábil acumulado,

demonstrando a partir destes números oficiais regularidade fiscal e equilíbrio das contas do CAPSIRATI.

Evolução da execução orçamentária do CAPSIRATI, a comissão realizou a análise da execução orçamentária do CAPSIRATI referente ao início do exercício financeiro. Constatou-se que o ingresso acumulado de receitas decorrentes das contribuições previdenciárias atingiu o montante de R\$ 2.570.308,95 nas receitas correntes e R\$ 1.605.249,47 nas receitas dos rendimentos. Com relação as despesas orçamentárias acumuladas, a folha de pagamento atingiu o valor liquidado de R\$ 5.889.984,66, enquanto as outras despesas correntes somaram R\$ 244.585,51 (pagamento de COMPREV para outros regimes). Portanto, a execução orçamentária do CAPSIRATI segue a semelhança anterior, administrada com margem de segurança dentro das dotações atualizadas e sob controle técnico, minimizando riscos de desequilíbrio fiscal imediato.

Fluxos de Caixa e posição dos Investimentos (curto e longo prazo)

Dando continuidade, o Comitê realizou análise do fluxo financeiro e da liquidez da carteira de investimentos, consolidando as seguintes conclusões com base nos dados do período:

Visão de curto prazo (liquidez e equilíbrio mensal):

O Comitê apurou que o mês de fevereiro registrou a contração nas receitas ordinárias, totalizando apenas R\$ 255.047,21 em entradas. Em contrapartida, as saídas totalizaram R\$ 3.086.393,76 (compostas pelo pagamento de aposentadorias e pensões). Essa redução de receita resultou em déficit financeiro operacional de -R\$ 2.831.346,55 no fluxo de caixa do mês. A insuficiência de receitas foi suportada pelo resgate de recursos da receita patrimonial do bimestre, cujos rendimentos de valores mobiliários somaram R\$ 1.535.435,63. Para o comitê, este cenário implica que o CAPSIRATI sofre constantemente e tem dependência em relação a ativos de liquidez imediata (D+0).

Visão de Longo Prazo (monitoramento de aportes e equilíbrio atuarial):

Foi debatida a situação dos recursos alocados nos fundos Caixa Matriz, BB Perfil e BTG Pactual. Ciente do prazo de transição estabelecido de até 24 meses pela Resolução CMN nº 5.272/2025 para a desmobilização completa de carteiras com mais de 50% de participação de RPPS, o Comitê validou o uso dessas contas para o custeio do déficit previdenciário verificado. Os resgates efetuados

para cobrir a folha de R\$ 3,08 milhões atuaram como mecanismo natural de redução gradual e escalonada das posições desenquadradas, capturando a rentabilidade corrente de 15% ao ano da taxa Selic sem forçar movimentações abruptas de mercado.

Análise Técnica Descritiva e Avaliação de Riscos

O Comitê de investimentos utilizou as informações do relatório de riscos, disponível na plataforma Unoapp, cuja carteira de investimentos apresenta-se com os seguintes indicadores:

Risco de Crédito: no momento, a carteira de investimentos apresenta-se classificada como baixo. Destacando-se que as migrações para fundos Soberanos do Banco do Brasil e ativos atrelados à carteira da Caixa Econômica Federal baseiam-se em papéis da Dívida Pública Mobiliária Federal, garantidos pelo Tesouro Nacional.

Risco de Mercado: o critério de risco de mercado foi classificado como alto. Neste sentido, o Comitê avaliou que não é possível realizar investimentos com prazos longos e com isso, vedou o alongamento da carteira com novos produtos, frente aos índices inflacionários de prazos maiores ou Fundos Vértices neste momento, constatando que o cenário fiscal doméstico e as pressões de prêmio do ano eleitoral trazem volatilidade excessiva.

Risco de Liquidez: de acordo com o relatório, o risco de liquidez foi classificado como Crítico / Sob Controle Técnico, evidenciado pelo déficit financeiro mensal de -R\$ 2,83 milhões e com isto é preciso considerar a obrigatoriedade de manter 100% dos recursos livres alocados em fundos pós-fixados com resgate imediato (D+0), como o Caixa Topázio (taxa de 0,10% a.a.) e fundos soberanos de liquidez, sob pena de insolvência no pagamento dos benefícios correntes.

Risco Operacional: com relação a este risco, o relatório apontou a classificação como baixo. Os processos de transferência, liquidação e portabilidade serão executados via canais eletrônicos oficiais dos bancos públicos federais atuantes na custódia e administração.

Risco Jurídico: com relação a este risco, o relatório aponta com baixo / sob controle. Com este risco em análise, o comitê pode realizar o estabelecimento da estratégia escalonada de desmobilização dos fundos Caixa Matriz, BB Perfil e BTG Pactual cumprindo os prazos de regularização instituídos, garantindo a

conformidade regulatória sem configurar infração administrativa por desenquadramento passivo ou ativo.

Risco Sistêmico: por fim o ultimo risco avaliado foi classificado como moderado e o comitê se mantém vigilante quanto ao comportamento dos mercados emergentes e o fluxo de liquidez global, uma vez que choques na economia internacional podem forçar o Banco Central a postergar a queda da Selic prevista para março, e assim o Comitê deve reavaliar o ritmo das migrações.

DELIBERAÇÕES DO COMITÊ DE INVESTIMENTOS

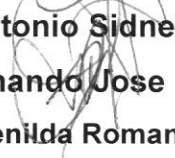
Com base no consenso alcançado sobre os relatórios, as análises de risco e os horizontes de caixa, os membros do Comitê de Investimentos deliberaram por:

1. Ajustar a desmobilização gradual e escalonada das posições mantidas nos fundos Caixa Matriz, BB Perfil e BTG Pactual, direcionando-os obrigatoriamente para o pagamento e custeio do déficit da folha de benefícios previdenciários, executando o reenquadramento por meio do consumo natural dos saldos;
2. Encaminhar formalmente os cenários de migração à assessoria Lema para que emita parecer complementar confirmando os percentuais exatos e limites por artigo antes da realização das reuniões de decisão do COPOM agendadas para os dias 17 e 18 de março;
3. Manter vigilância estrita sobre os indicadores **fiscais** nacionais e as movimentações políticas do ano eleitoral, vedando terminantemente novas alocações em títulos longos ou fundos com carência, assegurando a blindagem de liquidez integral do CAPSIRATI e aguardar estudos de ALM para investimentos a longo prazo, verificando assim a capacidade do CAPSIRATI para tais investimentos.

ENCERRAMENTO

Nada mais havendo a tratar, a reunião foi dada por encerrada e eu, Rozenilda Romaniw Bárbara, lavrei a presente ata, que após aprovada, vai assinada eletronicamente por mim e pelos demais presentes.

Irati (PR), 19 de fevereiro de 2026.


Antonio Sidnei Martins

Fernando Jose dos Anjos

Rozenilda Romaniw Bárbara